



Resposta 06/12/2018 14:16:41

1. a) Esclarecemos que as solicitações contantes no item 8.8.1 e 8.8.2 do Edital configuram duas comprovações diferentes. Para o caso do item 8.8.1, relativamente ao serviço de media training, a empresa poderá apresentar 1 ou mais atestados que conste a realização de 1 treinamento de porta-voz, com carga mínima de 4h, com simulação de entrevistas e laboratório de fonoaudiologia, independente do período de duração do serviço. Para o caso do item 8.8.2, a empresa poderá apresentar 1 ou mais atestados que indiquem a comprovação mínima de 3 anos de experiência na realização de serviços semelhantes ao do objeto. Dada a natureza do serviço deste pedido de esclarecimento, a comprovação deverá indicar que a empresa atua por período de 3 anos. Esclarecemos ainda que o atestado utilizado para o item 8.8.1 poderá ser replicado para o item 8.8.2, seja como comprovante de parte do período (para somatório com demais atestados eventualmente apresentados) seja como comprovação do período todo. 2. O entendimento está correto. 3. O entendimento está correto. A previsão do disposto no item 10.10 do Anexo VII-A, conforme orientação do Ministério do Planejamento, é uma medida que visa garantir maior segurança jurídica na comprovação da legitimidade dos atestados apresentados pelo licitante, ou seja, o ato convocatório disciplinará as formas de comprovação (caso necessite) pelo licitante dos atestados exigidos, dentre elas, podendo exigir cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços. Ou seja, o licitante deve deixar disponível, caso se entenda pela necessidade de comprovação por meio documental dos atestados, todas as informações necessárias e legítimas que demonstrem/comproven que àqueles atestados apresentados têm veracidade. Portanto, essa regra não tem caráter inabilitatório ou desclassificatório, apenas de comprovação de veracidade dos atestados, devendo a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro responsável pelo procedimento licitatório promover diligência nos termos do § 3º, do art. 43, da Lei n.º 8.666, de 1993, caso entenda necessário. Somente no caso da diligência não resultar na comprovação efetiva, o licitante poderá ser desclassificado. 4. O entendimento está correto.

Fechar